

RECURSO ESPECIAL Nº 1.826.328 - BA (2019/0202431-0)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
RECORRENTE : TREVO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADO : CAIO FRAGOSO MODESTO E OUTRO(S) - BA028643
RECORRIDO : MRM CONSTRUTORA LTDA
ADVOGADOS : HÉLIO SANTOS MENEZES JUNIOR E OUTRO(S) - BA007339
CAMILA SANTOS MENEZES - BA026223
GABRIELA PAIXAO SUAREZ - BA032933
FABIANA TEIXEIRA DA SILVA - BA061091
AGRAVANTE : ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR : INGRID MACEDO LANDIM E OUTRO(S) - BA013081
AGRAVADO : MRM CONSTRUTORA LTDA
ADVOGADOS : HÉLIO SANTOS MENEZES JUNIOR - BA007339
CAMILA SANTOS MENEZES - BA026223
GABRIELA PAIXAO SUAREZ - BA032933
FABIANA TEIXEIRA DA SILVA - BA061091

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. ART. 1.022 DO CPC/2015. VÍCIOS NÃO CONFIGURADOS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos em face de decisão assim ementada (fl. 134):

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. PERDA SUPERVENIENTE DE OBJETO. RECURSO ESPECIAL PREJUDICADO.

A parte embargante aponta a existência de contradição no *decisum* afirmando que o recurso especial que interpôs e o recurso do Estado da Bahia não versam sobre a mesma matéria, não havendo relação de subordinação entre eles, razão por que, para sanar o vício apontado, requer seja declarado que seu recurso “não restou prejudicado pelo provimento do Agravo interposto pelo Estado da Bahia, devendo remanescer pendente, aguardando o julgamento dos Aclaratórios opostos pelo Estado em face do Acórdão que proveu a apelação interposta pela parte Autora” (fl. 14000. Afirma, ainda, que a decisão é omissa porque deixou de aplicar, de ofício, os arts. 9º e 10 do CPC/2015 e a Súmula 579/STJ.

Com impugnação (fls. 1.417-1.427).

É o relatório.

Nos termos do que dispõe o artigo 1.022 do CPC/2015, cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre a qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento, bem como para corrigir erro material.

Deve o embargante, portanto, ao apontar a existência de erro, contradição,

obscuridade ou omissão, indicar, de forma fundamentada, clara e balizada, o ponto em que a decisão embargada incorreu no vício alegado, não bastando a mera alegação de existência de vício do art. 1.022 do CPC/2015, com base no inconformismo diante da decisão proferida.

A contradição que autoriza embargos de declaração é aquela interna ao julgado, entre os fundamentos da decisão e a conclusão a que se chegou. A este respeito, é pacífica a orientação deste Superior Tribunal de Justiça, como se verifica, dentre inúmeros outros, do julgado assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÃO. INOCORRÊNCIA.

[...]

3. O vício que autoriza os embargos de declaração é a contradição interna do julgado, não a contradição entre este e o entendimento da parte, nem menos entre este e o que ficara decidido na instância a quo, ou entre ele e outras decisões do STJ. (EDcl no AgRg nos EAREsp 252.613/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, CORTE ESPECIAL, julgado em 05/08/2015, DJe 14/08/2015).

4. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgRg no REsp 1221142/PR, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/10/2017, DJe 14/12/2017)

No caso, não se observa a existência de contradição, uma vez que o recurso especial da embargante foi julgado prejudicado, por ausência superveniente de interesse recursal, porque o recurso do Estado da Bahia foi provido para anular o julgamento proferido nos embargos de declaração, determinando-se o retorno dos autos ao Tribunal de origem para nova análise dos embargos de declaração, havendo, assim, do restabelecimento do *status quo ante*.

A embargante, a toda evidência não demonstrou a existência de contradição interna do julgado.

No pertinente à alegação de omissão por não ter sido de aplicado, de ofício, os arts. 9º e 10 do CPC/2015 ao ser reconhecida a ausência de interesse recursal, impõe-se ressaltar que a decisão que ofende referidos dispositivos legais não diz respeito àquela que analisa os requisitos de admissibilidade do recurso, como na espécie.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes julgados:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. EXISTÊNCIA. INTEGRAÇÃO.

1. Os embargos de declaração têm por escopo sanar decisão judicial eivada de obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

2. Hipótese em que o acórdão embargado consignou, de forma fundamentada, os motivos pelos quais considerou insuficiente, para fins de reatamento, as razões apresentadas no agravo em recurso especial.

3. Não havendo manifestação acerca da alegada ofensa ao art. 10 do CPC/2015, merece integração o julgado para esclarecer que "a proibição da denominada decisão surpresa, que ofende o princípio previsto nos arts. 9º e 10 do CPC/2015, ao trazer questão nova, não aventada pelas partes em Juízo, não diz respeito aos requisitos de admissibilidade do Recurso Especial, já previstos em lei e reiteradamente proclamados por este Tribunal" (AgInt no AREsp 1.329.019/RJ, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, Segunda Turma, julgado em 02/04/2019, DJe 11/04/2019).

4. Embargos de declaração parcialmente acolhidos, sem efeitos modificativos.

(EDcl no AgInt no AREsp 1177392/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/10/2019, DJe 24/10/2019)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALEGADA NULIDADE DA DECISÃO AGRAVADA. DECISÃO SURPRESA. INEXISTÊNCIA. NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS FORMAIS E ESPECÍFICOS DO RECURSO ESPECIAL. INEXISTÊNCIA DE NULIDADE. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/73. INEXISTÊNCIA. ACÓRDÃO RECORRIDO FUNDAMENTADO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E EM LEGISLAÇÃO LOCAL. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME, EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. SÚMULA 280/STF. PRECEDENTES DO STJ. ART. 538 DO CPC/73. MULTA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

[...]

III. A proibição da denominada decisão surpresa - que ofende o princípio previsto nos arts. 9º e 10 do CPC/2015 -, ao trazer questão nova, não aventada pelas partes em Juízo, não diz respeito aos requisitos de admissibilidade do Recurso Especial, previstos em lei e reiteradamente proclamados por este Tribunal. Não há, neste caso, qualquer inovação no litígio ou adoção de fundamentos que seriam desconhecidos pelas partes, razão pela qual inexistente a alegada nulidade da decisão agravada, à míngua de intimação acerca dos fundamentos utilizados para o não conhecimento do Recurso Especial, que deixou de preencher os pressupostos constitucionais e legais do apelo.

[...]

VIII. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1205959/SP, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/09/2019, DJe 25/09/2019)

ADMINISTRATIVO. PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PRINCÍPIOS DA UNIRRECORRIBILIDADE E DA NÃO SURPRESA. INEXISTÊNCIA DOS VÍCIOS ELENCADOS NO ART. 1.022 DO CPC/2015. REDISCUSSÃO DE QUESTÕES DECIDIDAS. IMPOSSIBILIDADE.

[...]

3. Conforme julgados desta Corte Superior, o decisum que não conhece do recurso por inobservância dos requisitos legais ou constitucionais não ofende o princípio da não surpresa, explicitado nos arts. 9º e 10 do CPC/2015, pois a fundamentação amparada em lei e em reiterada jurisprudência do STJ não constitui inovação no litígio nem adoção de entendimento desconhecido das partes.

Precedentes: AgInt no AREsp 1.418.839/PR, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe 15/08/2019; AgInt no AREsp 1.329.019/RJ, Rel.

Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe 11/04/2019. 4. Não podem ser acolhidos embargos declaratórios que, a pretexto dos alegados vícios do acórdão embargado, traduzem, na verdade, o inconformismo da parte com a decisão tomada, pretendendo apenas rediscutir o que decidido já foi.

Superior Tribunal de Justiça

5. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgInt nos EDcl no REsp 1172587/GO, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 03/09/2019, DJe 05/09/2019)

Por fim, também não há que se falar em omissão por não ter sido aplicada a Súmula 579/STJ, uma vez que referido enunciado incide quando há substancial modificação, em relação ao mérito, no julgamento dos embargos de declaração, não havendo ratificação do recurso especial anteriormente interposto. Situação diversa é o caso dos autos, visto que foi determinada a de retorno dos autos para ser sanada a omissão, os embargos de declaração ainda serão julgados.

Ante o exposto, **rejeito os embargos de declaração.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2020.

Ministro BENEDITO GONÇALVES
Relator